



O AVANÇO DO AGRONEGÓCIO EM DENTRIMENTO DE COMUNIDADES LOCAIS: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE APODI-RN

Amanda Mariano

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

RESUMO

O município de Apodi está localizado na mesorregião oeste do estado do Rio Grande do Norte. Tem uma formação antiga que remonta o ano de 1800. No município se a produção agroecológica das mais de 50 comunidades que habitam o município, e o seu modo de vida, que denota o vínculo das comunidades com a terra em uma convivência o mais harmônica possível. As famílias apodienses têm em seu histórico o processo de luta para entrada e permanência na terra desde a década de 1990. Contudo, esse processo ganha novos contornos com a construção do Perímetro Irrigado de Santa Cruz do Apodi que atraiu inúmeras empresas do agronegócio para a região. É nesse contexto que se desenvolve essa pesquisa, buscando evidenciar o avanço do agronegócio em detrimento das comunidades locais, onde se torna inviável o desenvolvimento de duas racionalidades; agricultura capitalista e agricultura camponesa.

Palavras-chave: Agronegócio, Perímetro Irrigado de Santa Cruz do Apodi, Apodi.

THE ADVANCEMENT OF AGRIBUSINESS TO THE DETRIMENT OF LOCAL COMMUNITIES: A CONTEXTUALIZATION OF THE MUNICIPALITY OF APODI-RN

ABSTRACT

The municipality of Apodi is located in the western mesoregion of the state of Rio Grande do Norte. It has an ancient formation that dates back to the year 1800. In the municipality there is the agroecological production of the more than 50 communities that inhabit the municipality, and their way of life, which denotes the community's bond with the land in a coexistence that is as harmonious as possible. Apodiense families have in their history the process of fighting to enter and remain on the land since the 1990s. However, this process takes on new

contours with the construction of the Santa Cruz Apodi Irrigated Perimeter, which attracted numerous agribusiness companies to the region. It is in this context that this research is developed, seeking to highlight the advancement of agribusiness to the detriment of local communities, where the development of two rationalities becomes unfeasible; capitalist agriculture and peasant agriculture

Keywords: Agribusiness, Irrigated Perimeter of Santa Cruz do Apodi, Apodi

INTRODUÇÃO

O cenário agrário brasileiro remonta uma série de conflitos, violências físicas e simbólicas, fruto de uma estrutura agrária constituída excluindo negros, pobres, mulheres e indígenas. A Lei das Sesmarias, a Lei de Terras e uma série de outras leis, decretos contribuíram para essa exclusão, resultando na atual estrutura com altíssimos graus de concentração de terra e renda.

Nunca é demais refletir sobre o que herdaremos no século XXI. Sobre o universo rural, não há dúvidas: nossa herança é espólio não partilhado, fruto de uma história mais do que secular de um poder (às vezes sem limites) dos senhores e proprietários de terra e de grilagens realizadas diante dos olhares cúmplices dos representantes da justiça (MOTTA, 2001, p.1).

Inicialmente, o Brasil com uma terra concentrada, era conhecido mundialmente pela exportação de bens primários, e pela pecuária, sendo o boi camuflagem para as concentradas terras, dando o parecer que naquelas terras (concentradas) era desempenhado a função social que a lei exigia.

Posteriormente, com o advento da Revolução Verde, e a disseminação da modernização da agricultura, em 1950, adentra o campo brasileiro o agronegócio. Com as terras concentradas, as isenções fiscais e a disponibilização de verbas por parte do Estado, o agronegócio encontra no campo brasileiro um verdadeiro paraíso para se desenvolver.

Agronegócio é neoliberalismo da agricultura. Esse modelo neoliberal teve a sua amplitude também na agricultura. Selou-se uma aliança subordinada entre os grandes fazendeiros, os capitalistas, que se dedicam à exportação, com as empresas transnacionais que controlam o comércio agrícola internacional, as sementes, a produção de agrotóxicos e a agroindústria.

O filhote desse matrimônio chamou-se agronegócio [...] (STÉDILE, 2006, p. 17).

O agronegócio deixou o Brasil reconhecido mundialmente pelos altos índices de produtividade com destino para exportação e a tecnologia de ponta disposta nas produções. Mas é omitido a que custas esse modelo de agricultura se desenvolve, abandonando um rastro de destruição social e ambiental; conflitos, expropriação de comunidades inteiras, contaminação da água, degradação dos solos e uma infinidade de outras mazelas.

É nesse cenário que surge a necessidade de evidenciar e denunciar o rastro de destruição deixado em Apodi-RN, pelo agronegócio. Para cumprir isso, temos como objetivo evidenciar a chegada do agronegócio em Apodi, através da construção do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi, e os impactos causados nas comunidades locais.

Para realização da pesquisa utilizaremos uma revisão teórica da temática, além de coleta e análise de reportagens jornalística sobre a construção do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi-RN; Contextualizando a história de Apodi e o vínculo daquela população com a terra, seguido de uma sessão com informações da construção do Perímetro Irrigado de Santa Cruz, posteriormente evidenciaremos o conflito de racionalidades presente em Apodi; agronegócio X agricultura família, e por fim a conclusão.

A historicidade do município de Apodi

Iniciamos este tópico trazendo a luz o primeiro parágrafo do art 1º do Estatuto da Terra, de 30 de novembro de 1964, onde é considerado Reforma Agrária as medidas “que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade”.

O Art. 1 do Estatuto da terra discorre sobre a função social que a terra deve ter sabido que o Brasil está no ranking dos países com maior grau de concentração fundiária, atrelado ao modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado (que se desenvolve em concentradas terras), o artigo do Estatuto da Terra se mostra como um primeiro passo para a construção de um país mais justo.

É na busca pela construção de um país melhor para todos, e que segue na contramão da lógica hegemônica, que se apresenta os camponeses de Apodi/RN que insistem e resistem na luta contra a territorialização do capital no campo e pela sua permanência nele.

O município de Apodi tem quase 200 anos de história, criado em 1833 está localizado na microrregião da Chapada do Apodiⁱ. Sua área territorial abarca 1.602,477 km² e a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -

IBGE em 2022 é de que sua população gira em torno de 36 093 habitantes. A seguir um mapa com a localização geográfica do município:

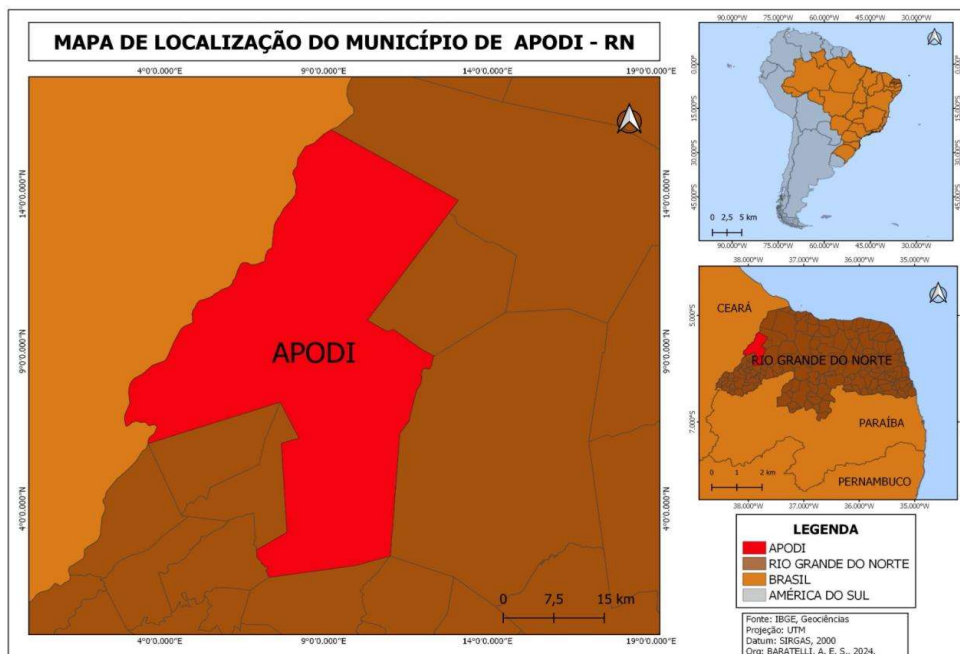


Figura 1. Mapa de Localização do Município de Apodi- RN. Organização: Amanda Emiliana Santos Baratelli, 2024.

Apodi é referência no país por suas reservas subterrâneas de água e solo fértil, fatores que colocam o município como foco para a expansão das fronteiras agrícolas. Até a década de 1980 o rural apodiense era comandado por grandes latifundiários do monocultivo de algodão, mas no início dos anos 1990 a atividade foi afetada pelas secas e pela crise de pragas nas plantações (COSTA NETO et al, 2020).

Paralela a crise do algodão já acontecia a organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais que reivindicavam água e trabalho no período das secas, a luta culminou também em 1990 na criação do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi -STTRⁱⁱ, atuante até os dias atuais o sindicato corrobora na organização dos movimentos sociais dos trabalhadores e trabalhadoras.

Nesse contexto de crise do algodão e forte organização dos trabalhadores e trabalhadoras, na década de 1990 ocorre uma ampla distribuição fundiária, reconfigurando o campo apodiense, com a criação de assentamentos pelos Instituto Nacional de Reforma Agrária -INCRA e outros pelo crédito fundiário.

A reforma agrária iniciada na década de 1990 deu ao campo Apodiense um novo contorno, com a agricultura familiar de produção cada vez mais próxima da agroecologia. Ao contrário da agricultura hegemônica predominante nos quatro cantos do país, as famílias apodienses visam a produção de alimentos primários da dieta brasileira e objetivam uma produção que respeite o meio-ambiente.

Foi essa produção dos assentamentos e comunidades rurais do município que o colocaram no ano de 2009, na lista das cinco cidades que mais se destacaram na produção agrícola do Rio Grande do Norte, conforme aponta o IBGE, evidenciando que os camponeses e camponesas de Apodi cumprem a função social em suas propriedades, tal qual impõe a Constituição Federal e o Estatuto da Terra.

A produtividade que colocou Apodi em destaque no estado é fruto de um “modo de produção que foi se organizando durante séculos e persiste no território rural de Apodi” evidenciando a possibilidade de uma agricultura produtiva sem o uso de venenos (FERNANDES et al, 2020, p.82).

Essa mesma produtividade com bases agroecológicas exemplificam um projeto de vida já em curso em Apodi, “baseado na organização social e produtiva de uma agricultura familiar em curso” (SANTOS, 2016, p.36). Tornando o município uma “referência regional e nacional na construção territorial popular da agroecologia, da convivência com o semiárido e nas redes de economia solidária” (SANTOS, 2016, p.54).

“Projeto de Morte”, a construção do Perímetro Irrigado de Santa Cruz do Apodi

A agricultura existe desde que “o homem é homem”, no período pré-histórico o homem teve que criar técnicas e posteriormente ir adaptando para produzir o alimento que garantiria sua sobrevivência, além disso ela “sempre esteve presente como elemento central da organização humana, tanto na expansão da população quanto no próprio desenvolvimento social, cultural e simbólico (MAZOYER e ROUDART, 2010).

Mas o que antes era utilizado para a sobrevivência e organização humana, com o sistema capitalista de produção, na busca desenfreada pelo lucro, é apropriado para tornar alguns poucos homens ainda mais ricos e manter o monopólio nas mãos de poucas multinacionais, através do agronegócio, “a expressão mais fiel do capitalismo no campo (MEDEIROS, 2012, p.11).

“Essa agricultura, voltada para a exportação, beneficia, principalmente, a elite econômica, aumentando sua influência política, enquanto pequenos agricultores enfrentam crescentes ameaças aos seus meios de subsistência (HOUDRET, 2012)” (SANTOS et al, 2016, p.252).

No Brasil, o agronegócio chega com a modernização agrícola da produção, a partir da década de 1960, embora, o termo se popularize no país a partir da década de 1990 (SAUER, 2008). É importante ressaltar que a base desse modelo de produção ocorre numa estrutura que sempre esteve presente no Brasil, na realidade, o Brasil (intencionalmente) foi constituído sobre essa estrutura; a terra concentrada para o monocultivo com destino a exportação.

Essa mudança que ocorre na segunda metade do século XX na agricultura, fruto da Revolução Verde, passa a ser usada para “indicar eficiência, ganhos em produção e produtividade e, um elemento chave, inserção competitiva (JANK, 2005, P.26) no mercado globalizado” (SAUER, 2008, p.15). É este um dos maiores trunfos do agronegócio para ganhar adeptos, o discurso de eficiência, produtividade, modernidade e sobretudo, geração de emprego, Bourdieu (1996), irá destacar isso como a eficácia simbólica da linguagem e representações na construção da realidade.

A modernidade do discurso hegemônico do agronegócio se expressa nos “tratores, implementos e colheitadeiras de última geração; plantio direto e agricultura de precisão ... novas fórmulas de adubos, defensivos e novas variedades de sementes vão se multiplicando” (RODRIGUES, 199, p.1). Mas seus modernos implementos se desenvolvem em estruturas arcaicas que remontam o período colonial do Brasil; a terra e renda concentrada, a expropriação de comunidades tradicionais de seus territórios, desestruturação de dinâmicas locais e sociais, contaminação da água, desmatamento de espécies nativas, um verdadeiro combo de conflitos socioambientais.

É dentro desse contexto sobretudo, modernizador e com discurso desenvolvimentista que o agronegócio chega em Apodi, com a construção do Perímetro Irrigado de Santa Cruz do Apodiⁱⁱⁱ. O município faz parte dos pontos luminosos para expansão do agro hidronegócio através da inserção de empresas agrícolas nacionais e transnacionais no Perímetro Irrigado (GURGEL et al, 2012).

Os Perímetros Irrigados são áreas delimitadas pelo Estado para implementação de projetos públicos de agricultura irrigada, com potencial agricultável. A construção dos perímetros irrigados ganha força a partir da década de 1960 no semiárido nordestino, impulsionado pelo Governo Federal, na estratégia de expansão da fronteira agrícola, De acordo com o Departamento Nacional de Obras Contra Secas (DNOCS) entre 1968 e 1992 foram construídos 35 perímetros irrigados no semiárido.

Nesse cenário de expansão da fronteira agrícola na região Nordeste, com os perímetros Irrigados há o Projeto Irrigação Santa Cruz do Apodi, que remonta o período da ditadura, em 1970, sendo uma ação a ser desenvolvida pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste- SUDENE. Com licença expedida em 2010 para construção e suas obras iniciadas entre 2013 e 2015, e embora tenha sido interrompido no final de 2015 em virtude do contingenciamento de gasto da União (COSTA NETO et al, 2020), serviu de

atrativo para outras empresas do agronegócio se instalarem na região, e gerou uma série de conflitos que antecedem o início de construção.

Os conflitos começaram a ganhar contornos evidentes no segundo semestre de 2011, quando a presidência da república decretou a desapropriação de 13.855,13 hectares para a construção do Perímetro Irrigado de Santa Cruz do Apodi, ali já viviam há mais de uma década diversas famílias.

“Projeto de Morte” X Agricultura Familiar camponesa

Os camponeses de Apodi lutaram e resistiram bravamente para serem assentados na década de 1990, e desde então vem realizando uma agricultura cada vez mais próxima da agroecologia, com diversos projetos, dentre apicultura, caprinocultura e agricultura familiar.

Apodi é reconhecida nacionalmente pelo seu solo fértil, grande disposição de água, mas também pela característica cultural e identitária que as famílias e comunidades tem com a terra. O censo de 2010 registrou a soma populacional de 34.763 habitantes em Apodi, sendo 17.813 residentes do campo e mais de 50 associações de agricultores familiares.

Esses dados expõe a importância que a terra tem para a reprodução social, identitária e cultural da população, lutando para entrar na terra, inicialmente com a busca pela reforma agrária, posteriormente para permanência nela, tendo em vista que na maioria das vezes essas populações são excluídas das políticas públicas e marginalizadas, e na última década soma-se a luta o fator resistência, notado o avanço do agronegócio sobre suas terras.

O Projeto Santa Cruz do Apodi chega ao município ameaçando um modo de vida constituído há décadas e dotado de simbologias. Maia (2016) alerta que o avanço dos perímetros irrigados são uma violação ao modo de vida camponês, além de ser um explorador de recursos da natureza até o seu limite, com a contaminação de solos, alimentos, o desaparecimento de ecossistemas e a contaminação de águas superficiais e subterrâneas.

Nesse cenário água e terra se tornam elementos centrais para a reprodução do modo de vida camponês, mas também para a escolha do território de instalação das empresas do agronegócio. A escolha de Apodi para a construção do Perímetro é justamente pela abundância de água em seus aquíferos, com destaque para o Aquífero Jandaíra, essa um “importante fonte de água para a irrigação de extensas áreas de fruticultura. Devido a sua natureza cárstica, a hidrogeologia é naturalmente bastante complexa (DEMÉTRIO et al, 2018, p.52).

E além do de água e terras disponíveis no município, as facilidades ofertadas pelo Estado é um grande atrativo para vinda do agronegócio para esse território. O Estado atua como facilitador e parceiro do agronegócio, através das licenças ambientais e das outorgas^{iv} de direito ao uso da água.

A construção do Perímetro Santa Cruz de Apodi já gera conflitos que antecede o início de sua construção, quando é alertado aos moradores do município sobre a expropriação de mais de 13 mil hectares de terra para a construção do projeto. Em Apodi mais da metade da população mora na zona rural, e vive de atividades desenvolvidas nela, com a expropriação programada no projeto, essas famílias serão desterritorializadas, marginalizadas e terão como uma das poucas opções se tornar empregado das empresas do agronegócio.

Esse é um dos pontos que fizeram com que o Projeto de Irrigação Santa Cruz de Apodi ficasse conhecido como “Projeto de Morte” entre as comunidades apodienses. Outro fator que popularizou o apelido para o projeto, foi o arraso que os perímetros irrigados deixaram nas terras da porção cearense da Chapada do Apodi.

Embora o projeto de perímetros irrigados comece a se efetivar na porção potiguar da Chapada do Apodi a partir da década de 2010, ele já tinha deixado um rastro de destruição na porção cearense desde o início da década de 1990. Freitas (2010) elenca a desterritorialização dos camponeses pelo Estado, para a territorialização das empresas de fruticultura irrigada, a prostituição que chega junto as empresas, a oferta de emprego por períodos sazonais, a contaminação da água, solo, além do risco a saúde humana, visto o contato com os defensivos químicos usados na produção agrícola, como consequências da instalação do agronegócio nos territórios.

A expansão do agronegócio na região caracteriza-se por transformações provocadas nos territórios as quais modificam as relações e as condições de trabalho, o ambiente e a saúde das populações camponesas. A contaminação ambiental e humana pelo uso intensivo de agrotóxicos nos processos produtivos do agronegócio, com consequências danosas para a saúde da população, sejam moradores ou trabalhadores dessas empresas, bem como para o ambiente, marca o contexto da modernização agrícola nesse local. Esta tem ocasionado também profundas modificações no modo de vida das comunidades, desde o aumento de violência, inserção de drogas junto a escolares, prostituição e migração (PONTES et al., 2013, p. 33).

Os camponeses potiguares vendo as inúmeras mazelas deixadas no território cearense da Chapada, iniciaram um verdadeiro levante junto a movimentos sociais, universidades, sindicatos e ongs para denunciar que o mesmo poderia ocorrer em Apodi, caso o projeto se efetivasse.

Mesmo após muita luta as obras do perímetro se iniciaram em agosto de 2013, desterritorializando inúmeras famílias. Contudo, em 2015, com 24,47% do projeto concluído as obras foram paralisadas por recursos insuficientes pelo Governo Federal. Embora, as obras tenham paralisado o agronegócio adentrou a região, principalmente, com o monocultivo de frutas para exportação, e diversas empresas estão instaladas no município, inclusive com a compra de propriedades. Gerando intensos conflitos entre agronegócio e comunidades locais, visto que um modelo de agricultura se opõe ao outro.

As famílias apodienses lutam e resistem na terra desde antes da chegada do agronegócio. Lutaram para entrar na terra através da reforma agrária, posteriormente lutaram e resistiram nela com a busca por políticas públicas além de resistências e buscarem estratégias para adaptação e convivência com as condições edafoclimáticas do semiárido^v

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficou evidente a luta histórica das famílias apodienses para conseguir reproduzir seu modo de vida. A luta se inicia para entrada na terra, mas termina quando as famílias são assentadas, o processo de luta e resistência continua através da busca por políticas públicas que garantam a sua permanência na terra.

Já na década de 2010 essa luta ganha novos contornos com a chegada do agronegócio no município, efetivados por ações e políticas do Estado. Todo esse processo denota o avanço do agronegócio em detrimento de comunidades inteiras, de modos de vida presentes no território há décadas, sendo um ponto relevante a atuação do Estado que corrobora para o avanço do agronegócio, fazendo na realidade uma “contra-reforma-agrária”, ao expropriar as famílias para dar espaço às atividades da agricultura capitalista.

O agronegócio avança e se desenvolve em detrimento das famílias rurais apodienses, visto que um modo de produção se opõe ao outro, tornando inviável o desenvolvimento dos dois num mesmo território. E o agronegócio com todo o seu arcabouço midiático, incentivos fiscais e uma outra série de vantagens, ganha vantagens nesse embate.

REFERÊNCIAS

DEMÉTRIO, José Geilson Alves; DOS SANTOS BATISTA, Ana Gabriella; DE MELO, José Geraldo. Contribuição ao conhecimento da hidráulica subterrânea do aquífero Jandaíra na região de Baraúna–RN. *Águas Subterrâneas*, v. 32, n. 1, p. 52-60, 2018.

FERNANDES, K.; TORRES, Maria Betânia Ribeiro. Práticas sustentáveis no cooperativismo: o caso da Cooperativa da Agricultura Familiar de Apodi/RN. In: Marcos Von Zuben; André Bonsanto. (Org.). Trabalho, Educação e Cultura no

Oeste Potiguar: **Estudos Interdisciplinares. 1ªed.Mossoró: Edições UERN, 2020, v. 1, p. 67-81.**

FERNANDES, Katson; TORRES, Maria Betânia Ribeiro. práticas sustentáveis no cooperativismo: o caso da cooperativa da agricultura familiar de Apodi/RN. **Catálogo da Publicação na Fonte. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.**, p. 73.

FREITAS, Bernadete Maria Coelho. Marcas da modernização da agricultura do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará [dissertação]. **Fortaleza (CE): Universidade Estadual do Ceará, 2010.**

GURGEL, Virginia Pinheiro et al. Conflitos socioambientais na Chapada do Apodi: contaminação e privatização da água. In: **VII CONNEPI-Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação. 2012.**

MAIA, Renata Catarina Costa. "Como se fosse o nosso sangue correndo nas veias": a dimensão camponesa do direito à água a partir do conflito ambiental entre agronegócio e agricultura camponesa em Apodi (RN). **Dissertação de mestrado (UFC), Fortaleza, 2016.**

MOTTA, M. e PIÑERO, T. L. (orgs.). **Voluntariado e Universo Rural.** Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2001

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea.** São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

PONTES, Andrezza Graziella Veríssimo et al. Os perímetros irrigados como estratégia geopolítica para o desenvolvimento do semiárido e suas implicações à saúde, ao trabalho e ao ambiente. **Ciência & Saúde Coletiva, v. 18, p. 3213-3222, 2013.**

RODRIGUES, R. Um só discurso. **Revista Agroanalysis, São Paulo, maio 1999;**

SANTOS, Emanuelle Rocha dos. Agricultura familiar camponesa e agroecologia em Apodi/RN: caminhos e desafios em contexto de conflito ambiental. **Dissertação de mestrado (UFC), 2016.**

SAUER, S. "Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro". **Texto para Discussão, 30, Brasília, Embrapa, 2008.**

SILVA, Cícero Nilton Moreira. **TERRITÓRIO HARMÔNICO PRA QUE (M)?: O discurso governamental em contraposição aos conflitos do campo na Chapada do Apodi/RN** HARMONIC TERRITORY FOR WHAT (WHOM)?: The governmental discourse in opposition to the conflicts in the.

STEDILE, João Pedro. A sociedade deve decidir o modelo agrícola para o país. **Revista Caros Amigos, São Paulo: Casa Amarela, ano 10, n.109, p. 17, abr. 2006**

VALE, J.; PINTO, M. S. D. ; MARIA JUNIOR, R. M. ; PALITOT, T. R. C. . Projeto Ser-tão: experiência de assessoria jurídica e educação popular no semiárido. In: **VI Colóquio de Extensão da UERN - Extensão nas Universidades Estaduais: desafios e perspectivas, 2013, Mossoró/RN. Anais do VI Colóquio de Extensão da UERN - Extensão nas Universidades Estaduais: desafios e perspectivas.** Mossoró/RN: UERN, 2013. v. 1. p. 03-341.

Contato com o autor: Amanda Mariano <amandajfmariano@gmail.com>

Recebido em: 02/02/2024

Aprovado em: 07/09/2024

ⁱ A microrregião da Chapada do Apodi abarca os territórios dos estados do Rio Grande do Norte, nas cidades de Apodi, Felipe Guerra e Governador Dix-Sept Rosado, e também cidades do estado do Ceará, sendo elas; Alto Santo, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Quixeré e Tabuleiro do Norte. Conhecida pela abundância de águas e solo fértil a Chapada faz parte dos pontos luminosos de implantação do agro hidronegócio através da implementação dos Perímetros Irrigados (GURGEL et al, 2012).

ⁱⁱ O Sindicato tem relevância no município, colaborando nas organizações dos movimentos sociais do campo, na organização dos trabalhadores, e na luta/busca por direitos.

ⁱⁱⁱ O agronegócio avança nas áreas de construção de Perímetros Irrigados, para a fruticultura Irrigada em todo o território da Chapada do Apodi, mas aqui nos restringiremos a tratar especificamente do município de Apodi, localizado no estado do Rio Grande do Norte

^{iv} É o documento que assegura ao usuário o direito de utilizar os recursos hídricos. A outorga é um instrumento necessário para o gerenciamento dos recursos hídricos, pois permite o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água, possibilitando uma distribuição mais justa e equilibrada desse recurso.

^v A autora Maia (2016) discute brilhantemente em sua dissertação as estratégias que as famílias camponesas traçam a décadas para conviver e se adaptarem as condições do semiárido.